



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

Ofício nº 0593/2021-GP/PMC

Cáceres - MT, 24 de maio de 2021.

A Sua Excelência o Senhor

VER. DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

Rua Coronel José Dulce, esq. Rua Gal Osório

Cáceres – MT - CEP 78210-056

Ref.: Protocolo 10.078/2021 de 05/05/2021

Senhor Presidente:

Acusamos o recebimento do Ofício nº 494/2021-SL/CMC, por meio do qual essa Colenda Câmara encaminha-nos, para autógrafo, o Projeto de Lei nº 26, de 19 de março de 2021, de autoria do Vereadora **Maria José Da Silva (Mazéh Silva)** - PT, com a seguinte ementa: “Institui, no âmbito municipal o Programa Mulher Viva, destinado ao apoio na geração de emprego e renda às mulheres em situação de violência doméstica e familiar”, aprovado em sessão ordinária no dia 03 de maio de 2021.

Por motivo de ordem legal, vimos a apresentar a Vossa Excelência o necessário **Veto Parcial** ao Projeto de Lei ora epigrafado, assim como as respectivas razões, para apreciação desta Emérita Câmara, que seguem em anexo.

Atenciosamente,


ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS
Prefeita Municipal de Cáceres



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁ CERES

RAZÕES DO VETO

Veto ao PROJETO DE LEI Nº 26, DE 19 DE MARÇO DE 2021, de autoria do Vereadora Maria José Da Silva (Mazéh Silva) - PT, conforme a Lei nº 2.138 de 18 de junho de 2008., com a seguinte ementa: “ Institui, no âmbito municipal o Programa Mulher Viva , destinado ao apoio na geração de emprego e renda às mulheres em situação de violência doméstica e familiar ”, aprovado em sessão ordinária no dia 03 de maio de 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Dirijo-me à Vossa Excelência para comunicar-lhe que me foi enviado em 30/04/2021, por intermédio do ofício Nº 494/2021-SL/CMC o PROJETO DE LEI Nº 26, DE 19 DE MARÇO DE 2021, de autoria do Vereadora Maria José Da Silva (Mazéh Silva) - PT, conforme a Lei nº 2.138 de 18 de junho de 2008., com a seguinte ementa: “ Institui, no âmbito municipal o Programa Mulher Viva , destinado ao apoio na geração de emprego e renda às mulheres em situação de violência doméstica e familiar ”, aprovado em sessão ordinária no dia 03 de maio de 2021, para as providências de praxe que compete à Chefe do Poder Executivo Municipal.

No uso da faculdade que me confere o artigo 53, §1º da Lei Orgânica do Município de Cáceres-MT, após detida análise, vislumbra-se que a propositura não detém condições de ser sancionada, sendo indeclinável a aposição de veto parcial ao texto, atingindo o inteiro teor do §3º, por estar em descompasso com aspectos jurídicos e operacionais, consoante fundamento:



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

Trata-se de Projeto de Lei denominado " Programa Mulher Viva", versando sobre ações que destinam apoio à mulheres vítimas de violência doméstica, na seara da geração de emprego e renda.

Em análise, vislumbra-se a necessidade de ponderação de pontos específicos no mencionado projeto:

Nas disposições que tratam sobre as diretrizes do programa, bem como a operacionalização do mesmo carecem de elementos técnico- operacionais, em especial, quanto ao modo em que por exemplo, esse banco de dados será alimentado, qual o software utilizado, os documentos e particularidades que comprovariam essa condição de vítima de violência doméstica, restando prejudicados os demais aspectos, inclusive , de natureza orçamentária para eventual aplicabilidade dessa lei.

Outrossim, o referido projeto não faz menção específica dos requisitos e termos de convênio eventualmente firmados entre o município e os demais entes elencados.

Também, não faz menção expressa às atribuições inerentes à Secretaria de Assistência Social e da Secretaria de Assuntos Estratégicos, restando prejudicada também , a operacionalização desse projeto, sendo inviável a sua aprovação nesse momento.

É certo que os números de ocorrências de casos de violência contra a mulher são vertiginosos, e que o poder público tem o poder-dever de promover medidas que assistam a mulher, sob todos os aspectos.

Todavia, na esfera jurídica, quando se promove um programa de incentivos à determinado segmento da sociedade, este deverá estar permeado de critérios objetivos dos quais promoverão a equidade , ou seja, uma justiça natural; disposição para reconhecer imparcialmente o direito de cada um. Em resumo, significa reconhecer que todos precisam de atenção, mas não necessariamente dos mesmos atendimentos. Com efeito, a ausência de critérios consubstanciados em equidade, vai em grave rota de colisão com o preceito constitucional da igualdade, insculpida no artigo 5º, §1º de nossa Carta Magna.



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

Portanto, à vista das razões ora explicitadas, demonstrando os óbices que impedem a sua sanção é que apresentamos o veto ao Projeto de Lei epigrafado.

Assim sendo, devolvo o assunto à apreciações dessa Egrégia Câmara de vereadores, reiterando aos Eméritos Edis, os protestos de alta estima e elevada consideração.



ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS
PREFEITA MUNICIPAL